

REQUERIMENTO

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Almada,

Assunto: Medidas de combate à pandemia de Covid-19, de saúde pública e económicas.

Vivemos tempos de excecionalidade determinados pela pandemia de Covid-19. Sem dúvida, que esta é a batalha das nossas vidas, que nos coloca questões impensáveis num passado relativamente próximo.

Para além das questões de saúde pública, em que todos, mesmo todos, arregaçámos as mangas para defender o nosso bem mais precioso que é a vida, a nossa e a dos outros, não podemos deixar de olhar para esta crise também sobre o prisma económico.

Movemo-nos num insofismável desconhecido, que limita as nossas expectativas sobre como devemos agir e enfrentar o nosso novo normal, seja ele o que for.

Para defendermos a saúde de todos, e evitar uma pressão insuportável sobre o Serviço Nacional de Saúde, foi necessário tomar medidas excecionais ao nível do confinamento, da restrição de direitos, liberdades e garantias, onde a informação não flui como todos desejaríamos. A informação ansiada pelos deputados municipais também não é exceção, o que dificulta sobremaneira o exercício do seu mandato.

Desta forma, e nos termos do art. 25º, n.º 2 al. d) da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e da al. j) do n.º 1 do art. 14º do Regimento, venho requerer que a Câmara Municipal preste as seguintes informações e esclarecimentos:

1. Existe, à semelhança do que acontece noutros municípios, algum plano municipal de testagem ao Covid-19 nas unidades residenciais para idosos, licenciados ou não, destinado a idosos e aos seus trabalhadores? Se sim, qual?

2. Existe um conhecimento real e atualizado da situação epidemiológica nas unidades residenciais de idosos, bem como no apoio domiciliário prestado no nosso concelho por parte da Câmara Municipal?
3. Na eventualidade de existirem unidades residenciais de idosos com um número elevado de infectados nas suas instalações, existe algum plano municipal de realojamento e suporte nos cuidados a prestar a estes munícipes normalmente muito fragilizados? Se sim, qual?
4. Quando gradualmente, começarmos a sair de casa, existe algum plano municipal de distribuição gratuita de máscaras à população?
5. Existe pensada alguma medida de facilitação de acesso a gel desinfetante das mãos em espaço público, bem como nos serviços e edifícios municipais?
6. Estão previstas medidas de subsídio e apoio às I.P.S.S. como forma de mitigação dos efeitos de uma crise económica e social, com vista a políticas de redistribuição?
7. Existe algum plano municipal de incentivo à atividade económica relacionada com a hotelaria e restauração e aos custos da sua sazonalidade?
8. No que às praias diz respeito, e tendo em atenção serem estas a grande atração turística do concelho com todos os proveitos económicos associados, existe algum plano de ação para, cumprindo o distanciamento social e as normas de segurança impostas, manter, dentro do possível, a fruição económica e social das mesmas? Se sim, quais?

A Deputada Municipal Independente,

Sílvia Sousa